SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/09/2015 - Sinttel-ES

O poder do capital e os trabalhadores sem "formação política"

Ficou popularmente conhecido como VOTO DE CABRESTO o sistema tradicional de controle de poder político por meio do abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública para favorecimento pessoal ou de simpatizantes políticos.

Nas regiões mais pobres do Brasil a prática foi (e, de certo modo ainda é) bastante recorrente, uma das principais características do que se costuma definir como corononelismo. Desde os tempos do Império, onde se realizaram as primeiras eleições do Brasil como país independente, a prática da fraude eleitoral é uma praga de difícil combate. No período áureo do coronelismo, no início do século XX, o eleitor só precisava levar um pedaço de papel com o nome do seu candidato e depositar na urna. Tratava-se de um papel qualquer, trazido de casa mesmo. Para os coronéis, bastava entregar a cada um de seus empregados um papel já preenchido, e como a grande maioria destes "eleitores" era analfabeta, estes apenas assinavam seus nomes (lembrando que analfabetos não podiam votar). Isso não era de modo algum problema para os coronéis, já que eles mesmos escreviam nos papéis o que bem desejassem. Como os criados não sabiam ler, muitas vezes eles votavam sem sequer saber o que estava escrito no papel que depositavam na urna. Aliás, era prática do coronel fornecer o transporte a estes pretensos eleitores, que recebiam as "instruções" ao irem votar.

(Bibliografia: DANNEMANN, Fernando Kitzinger. Voto de cabresto. Disponível em <http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?idt=2033765>. Acesso em: 01 out. 2011)

O texto acima é história e deveria só lembrar o que acontecia por esse Brasil afora dos coronéis. Porém, é muito atual quando se trata das assembleias de avaliação das propostas da BrasilCenter para o fechamento dos acordos coletivos nos últimos anos. Apesar de a votação ser secreta, com cabines separadas, os/as trabalhadores são coagidos de tal forma, que os resultados são esmagadores e a empresa dando de lavada no trabalho de resistência do Sindicato dos Trabalhadores — o Sinttel-ES. E aí nem se leva em conta o teor miserável da proposta patronal, que seria a razão principal para o NÃO.

Hoje, a maioria esmagadora dos/as empregados/as na BrasilCenter, os chamados REPs, aceitaram receber um reajuste INFERIOR que os demais "colegas" da empresa. O percentual de 6,75%, além de ser discriminatório, pois os outros receberão 8,42%, ainda é menor que a inflação do período. Ou seja, para os supervisores, gerentes e outros poucos os salários vão recuperar, pelo menos, o poder de compra corroído pela inflação. Entretanto, mais de 1,3 mil empregados vão amargar uma perda de 2,47% até a próxima data base em março de 2016. Incompreensível? Nem tanto. Inaceitável? Um tantão.

Por que a empresa quase sempre ganha nas votações secretas?

O trabalho de convencimento dentro da empresa é algo de dar inveja. Os supervisores e gerentes devem receber alto pela meta a ser batida na disputa entre o ruim e o pior. A dimensão é que, ao final da votação, o resultado vai medir quanto cada um receberá de PCEREPs (programa "como enganar os REPs") para o número de SIMs assinalados nas cédulas. É algo esperado por eles. Parece festa.

Solícitos, eles ficam em polvorosa, todos a postos na portaria do call center para acompanhar os "pupilos" até na boca da urna. É repugnante vê-los em ação diante da situação de uma categoria que recebe R$ 800 e que, sequer, aprendeu o que é força de trabalho ou LER, o que em seis meses saberão, pois estará presente em suas mãos, braços, ombros, colunas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Os/as trabalhadores/as, em sua maioria teleatendentes, jovens no primeiro emprego, não tem consciência política para barrar a estratégia da empresa. São presas fáceis para a exploração absoluta do capital — o Grupo América Movil, cujo dono é um dos homens mais ricos do mundo, o mexicano Carlos Slin.

O Sindicato faz boletins explicativos, informativos, falação na portaria e proíbe que a chefia fique rodeando durante o processo de votação. Mas, nada disso dá resultado diante do assédio moral e antissindical dos "cães de guarda" e da filosofia de Recursos Humanos em que a exploração é o objetivo único, numa rotavidade de mais de 50% em que se houver filiação ao Sindicato é demissão na certa. Aliás, exite uma máxima na BC: quer ser demitido, filie-se ao Sinttel-ES. É lógico que o Sinttel não tem nenhum filiado na BC. O MPT-ES? Faz vistas grossas para as denúncias.

O resultado da assembleia de aprovação do acordo coletivo 2015/2016 na BrasilCenter, pode ser descrito assim: "Carlos Slin, cuja fortuna, estimada pela Forbes em 2015, é de US$ 79,2 bilhões e dono da Embratel, Net, Claro e BrasilCenter, recebeu o aval de 1.096 empregados para engordar a sua já poupuda conta, por aqueles que disseram SIM à uma proposta medíocre de reajuste salarial. Somente 237 disseram NÃO."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/09/2015 - Telesíntese

Comissão europeia inicia revisão de regras para o setor de Telecom

A Comissão Europeia lançou nesta sexta-feira, 11, duas consultas públicas que servirão de base para uma revisão das regras em telecomunicações. Uma diz respeito especificamente à internet banda larga, enquanto a outra pretende embasar uma renovação completa do marco regulatório para o setor. Ambas as consultas ficam abertas até 7 de dezembro.

As consultas buscam não apenas sugestões legais, como identificar as necessidades futuras de cidadãos e empresas com relação a telefonia e conectividade. Por isso trazem questões de cunho pessoal sobre os hábitos dos usuários, numa tentativa de identificar tendências e antecipar necessidades.

As consultas pretendem responder, entre outras coisas, questões como qual internet precisaremos para conectar objetos e uns aos outros no futuro? Ainda usaremos telefone fixo? OTTs devem seguir as mesmas regras que os tradicionais operadores de telecomunicações? Como coordenar espectro em toda a União Europeia?

Um conceito não deve sofrer modificações: o de neutralidade de rede, definido em junho. Os comissários europeus ligados à criação de um mercado comum digital, Andrus Ansip e Günther Oettinger, veem as consultas como essenciais para o sucesso da integração das telecomunicações no bloco. A última revisão do marco regulatório europeu aconteceu em 2009. Mas proposta de agora mexe, também, em leis mais antigas, que remetem a até 2002, quando criou-se uma diretiva para acelerar a transição de um mercado com predomínio de monopólios estatais para outro de plena competição. O resultado da consulta será uma completa recriação das leis, prevista para ocorrer já em 2016.

A meta, com a nova legislação, será obter uma coordenação de espectro em todo o bloco, criar incentivos ao investimento em banda larga de altíssima velocidade, assegurar a competição entre as operadoras e outros players (como OTTs). Tudo para garantir boa cobertura em áreas rurais, harmonização de tecnologias e uso de frequências, mecanismos de financiamento, governança e formato institucional das autoridades que fiscalizarão o setor.

11/09/2015 - Teletime

Anatel publica decisão sobre indenizações para o MMDS de R$ 312 milhões

A Anatel publicou, nesta sexta-feira, 11, as decisões que obrigam Vivo, TIM, Oi e Claro a ressarcirem os custos de remanejamento das operadoras de MMDS da faixa de 2,5 GHz, nos valores estabelecidos anteriormente pela agência, que somam mais de R$ 312 milhões. Com a decisão, não cabem mais recursos administrativos pelas prestadoras.

De acordo com o acórdão, a Vivo e a Claro terão que pagar R$ 104 milhões cada, e a TIM e a Oi, R$ 52 milhões cada. As decisões para a Claro e para a Oi, entretanto, só passarão a valer após o desaparecimento de óbices judiciais impostos por força de decisões proferidas nos autos de ações ordinárias interpostas pelas operadoras.

A agência ainda pode editar medida cautelar prevendo multas diárias pelo não pagamento das indenizações, conforme recomendação do conselheiro Igor de Freitas, que relatou os recursos administrativos das operadoras. A fixação dos valores das indenizações pela Anatel se deveu à falta de acordo entre as empresas, que solicitaram a arbitragem da agência, que depois recorreram contra a metodologia de cálculo dos valores usada pelo órgão regulador.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/09/2015 - Instituto Telecom

Grupo Algar anuncia novo presidente para o setor de telecomunicações

Luiz Alexandre Garcia, CEO do Grupo Algar, é o novo presidente do sistema representativo do setor das telecomunicações no Brasil (FEBRATEL, Sinditelebrasil, Telebrasil, Acel e Abrafix) para a gestão 2015/2017. Ele substitui José Luis Formoso, presidente da Embratel, que conclui seu mandato.

Desafios como fortalecimento do diálogo entre as empresas do setor de telecomunicações, maior convergência entre operadoras e indústria e o relacionamento com o Governo estão entre os principais pontos da nova gestão. "A intenção é ampliar o diálogo entre todos os cooperados das associações do sistema representativo, por meio de fóruns que possam reunir ainda mais representantes das telecomunicações no país. Além disto, queremos manter as instituições como principal elo entre o setor e o governo federal, participando efetivamente das discussões sobre políticas públicas, como a ampliação da banda larga para todos. Outro ponto importante, é fortalecer o relacionamento entre as operadoras e indústria para uma maior convergência nas ações com o objetivo de gerar resultados positivos para o Brasil", afirma Luiz Alexandre Garcia.

Luiz Alexandre é economista, possui especialização em Marketing pela American University of Paris (França), MBA pela Catholic University of America em Washington DC (EUA) Leading the Family Business pelo IMD, em Lausanne (Suíça), Family Business pela Harvard Business School (EUA) e Program for Executive Development, pela mesma instituição. Atuou no IFC/Banco Mundial – Washington DC, na Ericsson, em Dallas (EUA) e em São Paulo e no Groupe Bull (França).

13/09/2015 - Carta Maior

Delegado da Polícia Federal fez manipulação grotesca para incriminar Lula

A instrumentalização de investigações policiais para fins partidários ou privados é incompatível com a democracia.

O delegado da Polícia Federal Josélio Azevedo de Souza fez uma manipulação grotesca no despacho entregue ao STF com o objetivo principal de incriminar o ex-presidente Lula e livrar a barra do PSDB.

O documento de 218 páginas não é uma peça técnica de investigação criminal, mas um libelo recheado com apreciações e ilações políticas. É um texto que dispensa a oposição golpista e o chefe da conspiração, FHC, de fazer o serviço sujo.

O despacho foi protocolado no STF às 13:34 horas de 10/09, mas não surpreende se tiver sido entregue antecipadamente na redação da revista Época, do grupo Globo, porque antes do próprio Lula saber da armação, a "denúncia" já bombava no noticiário online.

A manifestação do delegado Josélio integra o volume XII do Inquérito nº 3989, instaurado no STF para investigar políticos implicados na Operação Lava Jato que gozam de foro privilegiado. O volume XII vai da página 2442 à 2660 do Inquérito, cujo arquivo podendo ser acessado aqui; nele faltam as folhas 2466, 2467 e 2468 – pode ser um detalhe irrelevante, mas em se tratando da PF, toda cautela é recomendável.

Adiante são reproduzidos alguns trechos, conservando os destaques e grafias do calhamaço original:

Leia mais em:

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Delegado-da--Policia-Federal-fez-manipulacao-grotesca-para-incriminar--Lula/4/34474

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/09/2015 - Vermelho

Governo desmente mais uma farsa da Veja: Bolsa Família não irá acabar

O ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou uma nota neste sábado (11), desmentindo mais uma calúnia da revista Veja que, mais uma vez, manipula a opinião pública a serviço da direita. A matéria vinculada neste fim de semana, afirma que beneficiários do Bolsa Família estão sendo cortados do programa, por consequência do ajuste fiscal.

O ex-presidente Lula, nas redes sociais, também denunciou mais uma tentativa da revista de desmoralização do governo. "É mentira da Veja: o governo não cortou o Bolsa Família" afirmou.

Leia a integra da nota publicada pelo MDS desmentindo a Veja:

Nota de esclarecimento

A revista Veja desta semana mente quando diz que o governo corta benefícios do Bolsa Família para fazer o ajuste fiscal. O Bolsa Família não sofreu corte no Orçamento, está integralmente preservado.

Veja erra quando diz que o número de famílias beneficiárias caiu para 13, 2 milhões. A folha de pagamento de setembro repassou benefícios para 13, 9 milhões de famílias. O número de beneficiários vem se mantendo estável desde 2012, com a saída de quem melhora de renda e a entrada de novas famílias.

O governo reafirma seu compromisso com o Bolsa Família e com as rotinas de controle, para que só recebam o benefício (em média R$ 167 mensais por família) os mais pobres, com renda de até R$ 154 por pessoa da família. Para manter o programa bem focalizado, o Ministério do Desenvolvimento Social promove todos os anos a atualização dos cadastros e o cruzamento com outras bases de dados da União.

Neste ano, foram cancelados cerca de 800 mil benefícios de famílias identificadas em cruzamento de bases de dados de salários e aposentadorias (INSS, RAIS e CAGED) com renda acima do que estabelece a lei. No mesmo período, número equivalente de novas famílias passaram a receber o bolsa. Esse movimento é semelhante ao registrado no ano passado, ano eleitoral. O "pente-fino" de que Veja reclama é, portanto, uma rotina de controle muito bem sucedida, Que vem sendo implementada desde 2009, e que garante o foco do programa e zela pelo bom uso dos recursos públicos. Esta tem sido inclusive a recomendação do TCU e órgãos de controle

Além disso e diferentemente do que diz a Veja, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mantém desde 2006 rigorosamente o acompanhamento da freqüência de crianças e jovens às aulas mensalmente, de forma a garantir a presença dos alunos na escola.

O MDS reitera que o Bolsa Família está integralmente preservado de cortes no Orçamento. Neste ano, a previsão de gastos é de R$ 27,7 bilhões. Esse dinheiro vem mantendo milhares de famílias fora da miséria e, mais importante, garante acesso à educação, saúde e serviços.

A revista Veja poderia ter evitado o erro se tivesse procurado o ministério para checar as informações, como recomenda o bom jornalismo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/09/2015 - Carta Maior

É a Globo que dá ao Brasil uma nota de mau pagador

São os jornalistas da Globo, como Bonner, que dizem que a nota é um 'atestado de mau pagador'. Isso é mentira e esconde inúmeros interesses.

Entre todas as patifarias ideológicas vomitadas pela Velha Mídia, sobretudo pela TV Globo, relativamente às decisões das chamadas agências de risco, a mais sórdida é a que define a nota emitida por elas como um atestado de bom ou mau pagador. Ora, como se pode dar atestado de mau pagador antes que se saiba que a empresa ou país pagaram suas obrigações? Seria um atestado de não pagamento futuro? Se é assim, é melhor para o país que não pague agora; assim, ficará com algum dinheiro em caixa para eventualidades!

É claro que isso tudo é um absoluto nonsense. Não há a mais remota possibilidade de o Brasil suspender o pagamento de suas dívidas em função do que dizem as agências de risco. Temos reservas internacionais de quase 400 bilhões de dólares. É verdade que, sobretudo por erros acumulados na política cambial do passado, e sobretudo por causa da estúpida taxa de juros, temos também muitas dívidas externas de curto prazo. Contudo, o balanço nos é ainda favorável. E não precisamos, para isso, de nota de bom pagador de agências de risco.

O fato extraordinário de que não é a agência, em si, que usa essa terminologia – ela libera apenas uma nota -, mas a forma como a TV Globo, por sua conta e risco, "explica" a nota. São os jornalistas da Globo, como Bonner, que dizem que a nota é um "atestado de mau pagador". Como consequência, caindo a nota, perdemos o status de bom pagador mesmo que nada nos tenha sido cobrado e a economia funcione como antes.

A embromação não para aí. A nota das agências é um expediente tremendamente arbitrário. Se tivesse um mínimo de cientificidade não teria havido o desastre de 2008, no qual todas as agências de risco – rigorosamente, todas – haviam dado nota de "bom pagador" AAA a empresas, bancos e títulos que, por suas fraudes, quase destruíram o sistema financeiro mundial. Sob aperto do Congresso para explicar o que, afinal, havia acontecido, todas combinaram a mesma resposta: O que fizemos foi dar nossa opinião, mais nada.

Então qual é a razão para a Grade Imprensa dar tanta atenção às agências? Simplesmente porque elas funcionam como a vanguarda dos interesses financeiros, e são os interesses financeiros que dão suporte à Velha Imprensa. No caso atual, a agência está dando um sinal para que o Governo brasileiro mantenha taxas de juros básicas extorsivas e estrangule o orçamento público para tapar o déficit primário, irrisório em relação ao orçamento como um todo, o qual, caso mantido, não traria qualquer consequência negativa para a economia real.

*Economista, doutor pela Coppe/UFRJ, autor do recém-lançado "Os Sete Mandamentos do Jornalismo Investigativo", ed. Textonovo, SP. Pode ser adquirido pela Internet.